



Divulgação

### ELEIÇÕES 2026

## Filha de Iris descarta qualquer aproximação de Marconi: “seria trair o legado do meu pai”

Ana Paula Rezende confirma pré-candidatura ao Senado ao lado do vice-governador Daniel Vilela e quer construí-la com a militância emedebista. **Página 8**

### ENTREVISTA

## RIVAEAL AGUIAR

Presidente Goiás Fomento

# Agência projeta R\$ 160 milhões para fomentar micro e pequenos negócios em 2026

Goiás Fomento ampliou sua atuação com o programa Goiás Fomento Até Você, levando atendimento direto aos empreendedores em todas as regiões do estado.

**Páginas 4, 5**

### ALEGO

## Legislativo de Goiás encerra 2025 com mudanças no transporte coletivo

Denise Xavier



Decisão histórica altera gestão da RMTC e centraliza poder no governo estadual.

**Página 7**

## ESCOLA

## Orçamento traz um corte de R\$ 500 milhões nos recursos das universidades



Vereador de ex-reitor da UFG Edward Madureira classifica corte como um “absurdo”.

**Página 12**

### STF

## Discussão do Código de conduta de magistrados fica 2026



Proposta não prevê sanções formais, mas tem o objetivo de orientar padrões de decoro e conduta.

**Página 6**

### ORÇAMENTO

## Bancada federal goiana executou 90% das emendas em 2025

R\$ 766 milhões foram empenhados e R\$ 693 milhões pagos pela União. Saúde recebeu maior parcela. **Página 9**



Arquivo

### ANÁPOLIS

Márcio Corrêa é o mais bem avaliado

Levantamento indica 81,6% de aprovação da gestão, índice que supera o de prefeitos das principais cidades.

**Página 10**

### HERIVELTO NUNES

Goiás libera “joias” sem compensação

Dirigentes históricos do Goiás negociavam os grandes jogadores do clube por muitos milhões de dólares.

**Página 11**

## EDITORIAL

## Violência contra a mulher: basta

A morte de Tainara Souza Santos, aos 31 anos, arrastada até a morte pelo ex-companheiro após decidir encerrar uma relação, é um retrato cruel de uma realidade que o Brasil já conhece bem e que insiste em tolerar. O feminicídio ocorrido na Marginal Tietê chocou pela brutalidade e pela exposição pública, mas segue um roteiro repetido milhares de vezes: a mulher diz não, o agressor não aceita, a violência escala e a vida é interrompida.

São cerca de 1,5 mil feminicídios por ano no país. Mais de quatro por dia. Não se trata de exceção, mas de um problema estrutural que atravessa classes sociais, territórios e instituições. A agressão cometida por um servidor de alto escalão da Controladoria-Geral da União contra a mulher e uma criança, no Distrito Federal, confirma isso. Cargo, poder ou formação não imunizam ninguém contra a cultura da violência; nem servem de atenuante. A determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a abertura de processo visando à expulsão do agressor do serviço público é correta e necessária. O Estado não pode compactuar com quem viola a dignidade humana.

É igualmente acertado tratar o combate ao feminicídio como prioridade nacional e convocar os homens à responsabilidade. Violência contra a mulher não é um problema privado, nem um “conflito doméstico”. É crime, é violação de direitos e é uma chaga social que exige políticas públicas eficazes, justiça firme e mudança de mentalidade.

Essa mudança passa também pela desigualdade no mercado de trabalho. As mulheres são, em média, mais qualificadas, mas continuam a ganhar menos e a ocupar menos espaços de poder. A discriminação econômica reforça relações desiguais e ambientes propícios ao abuso.

Condenar toda forma de violência contra a mulher — física, sexual, psicológica ou institucional — é um dever coletivo. O silêncio e a relativização são cúmplices. Que a indignação não seja passageira. Enquanto mulheres não tiverem o mesmo direito à vida, ao respeito e à igualdade, a sociedade seguirá em dívida consigo mesma.

## ARTIGO

## Alerta à saúde: risco do uso de celular por jovens

Entregar um smartphone a uma criança no início da adolescência tornou-se um gesto quase automático, frequentemente associado à ideia de cuidado, segurança ou inclusão social. No entanto, evidências científicas recentes sugerem que essa decisão, quando tomada de forma precoce, pode trazer impactos significativos à saúde física e mental dos jovens.

Um extenso estudo norte-americano acompanhou mais de dez mil jovens de diferentes regiões dos Estados Unidos e identificou associações consistentes entre a posse de um smartphone aos 12 anos e o aumento do risco de depressão, obesidade e sono insuficiente. Os dados impressionam não apenas pela magnitude, mas também pela constância com que esses padrões se repetem. Crianças

que já tinham um smartphone nessa idade apresentaram mais sintomas depressivos, maior probabilidade de excesso de peso e dormiram menos do que o recomendado para sua faixa etária.

O dado mais sensível talvez seja o impacto da idade em que o primeiro smartphone é adquirido. Quanto mais cedo o jovem passa a ter acesso ao aparelho, maiores são os riscos observados no ano seguinte. Mesmo entre adolescentes que só começaram a usar o dispositivo aos 13 anos, os efeitos foram mensuráveis, com aumento de sintomas depressivos e piora na qualidade do sono. Esses achados indicam que os impactos não se devem apenas a características prévias da criança, mas refletem uma mudança significativa no ambiente e na rotina cotidiana.

## ARTIGO

## Dezembro Vermelho: por que ainda precisamos falar sobre HIV/AIDS

O Dezembro Vermelho é mais do que uma campanha anual, é um chamado contínuo para manter viva a conscientização sobre o HIV, a Aids e outras infecções sexualmente transmissíveis. A data existe porque, mesmo com tantos avanços, ainda convivemos com desinformação, preconceito e desigualdades que afastam pessoas do diagnóstico e do tratamento.

Desde 2017, o Brasil reconhece oficialmente a importância dessa mobilização. Décadas após o impacto devastador da epidemia nos anos 1980, quando o medo e a falta de informação marcaram gerações, a ciência avançou de forma extraordinária. O relatório mais recente do UNAIDS mostra que 40,8 milhões de pessoas vivem com HIV no mundo, com 1,3 milhão de novas infecções apenas no último ano. Apesar disso, ainda há milhões sem acesso ao tratamento — e é para eles que campanhas de conscientização continuam sendo fundamentais.

No Brasil, que completa 40 anos de resposta organizada à epidemia, o cenário exige atenção permanente. Em Goiás, mais de 1,5 mil novos casos foram registrados neste ano. Os números revelam que, embora

o tratamento garanta hoje qualidade de vida e expectativa de vida elevadas, o enfrentamento ao HIV não pode retroceder. Informação, prevenção e diagnóstico precoce seguem sendo pilares essenciais.

A conscientização também é crucial para combater o estigma — um dos maiores obstáculos enfrentados por quem vive com HIV. Falar abertamente sobre o tema encoraja o uso de métodos preventivos, promove o acesso a testes e reforça que o tratamento regular suprime a carga viral, permitindo que a pessoa viva plenamente.

Nesse cenário, iniciativas como as do Hospital Estadual de Doenças Tropicais Dr. Anuar Auad (HDT) desempenham papel decisivo. A unidade promove palestras, rodas de conversa, fóruns com profissionais e pacientes que orientam ações de vigilância. São atividades que unem ciência, cuidado e diálogo, aproximando o tema da sociedade.

O trabalho interno do HDT com seus colaboradores também fortalece a campanha, com debates sobre adesão ao tratamento, desmistificação de informações e atividades educativas que tornam as equipes ainda

mais preparadas para acolher e orientar. Cada profissional bem informado se torna multiplicador de conhecimento e respeito.

As ações externas, como atividades educativas em escolas e abordagens em espaços públicos, ampliam o alcance da mensagem. Distribuição de autotestes, preservativos e materiais informativos aproxima o tema do cotidiano e facilita o acesso à prevenção.

O Dezembro Vermelho, portanto, é um convite coletivo para combater o preconceito, assumir responsabilidade sobre a própria saúde, exigir políticas públicas efetivas e garantir que a informação chegue a todos. Enquanto houver desigualdade, desinformação e discriminação, a campanha seguirá essencial. Porque falar sobre HIV/AIDS é, acima de tudo, falar sobre vida.



Vivian Furtado é médica infectologista e diretora técnica do HDT



José Israel Sánchez Robles é médico intensivista e nutrólogo



Fundado em 7 de julho de 1986  
Estado e impresso por Sistema Planalto  
de Comunicação EIRELI.

Fundador e Diretor-Presidente  
Sebastião Barbosa da Silva  
sebastiao@tribunadoplanalto.com.br

Diretor de Produção  
Cleyton Ataídes Barbosa  
cleyton@tribunadoplanalto.com.br

Endereço e telefone: AV. ANHANGUERA, SALA 1601, QD 74 LT 9A/11 - PALACIO DO COMERCIO - CEP 74.043-010 / Fone: (62) 3434-1516

Editores  
Andréia Bahia  
abahiagyn@gmail.com

Dhayane Marques  
dhayanemarquess@gmail.com

Carla Borges  
carlazenborges@gmail.com

www.tribunadoplanalto.com.br  
Caro leitor, envie sugestões de pautas, críticas, artigos e textos para serem avaliados e publicados.

Departamento Comercial  
comercial@tribunadoplanalto.com.br  
62 99622-5131

Ajude-nos a fazer a TRIBUNA DO PLANALTO em sintonia com você. Escreva para: redacao@tribunadoplanalto.com.br

Curta e compartilhe  
nossas redes sociais



Tribunadoplanalto



@Tribunaplanalto



@Tribunaplanalto



**Tribuna Política**

Andreia Bahia  
abahiagyn@gmail.com

# Os muitos PLs

Senado



## Probabilidade

Uma pesquisa de 10 meses antes da eleição tem uma chance moderada de se confirmar, entre 50% e 70%, dependendo da estabilidade do cenário político. No entanto, é importante ter em mente que a política é imprevisível, e os últimos meses antes da eleição costumam ser decisivos.

## Fatores que afetam a probabilidade

Mudanças no cenário político: novos candidatos, alianças podem ser formadas ou desfeitas, e escândalos políticos ou econômicos. Nas eleições de 2018, por exemplo, pesquisas feitas meses antes do pleito não previam com precisão o crescimento de Jair Bolsonaro, que teve uma ascensão meteórica nos últimos meses antes da eleição.

## Campanhas eleitorais

Durante os meses seguintes, o candidato que tiver um desempenho melhor em debates, entrevistas e no contato com os eleitores pode ganhar votos. Notícias e eventos políticos: Uma crise econômica, um evento de grande repercussão ou mesmo uma mudança na avaliação do governo podem afetar a opinião pública e alterar as intenções de voto.

## Polarização

Em cenários de forte polarização, como nas eleições mais recentes no Brasil, os eleitores tendem a ser mais decididos, mas também mais suscetíveis a mudanças rápidas em caso de novos eventos relevantes. Dinâmica eleitoral: A política brasileira, em especial, é marcada por fenômenos de "ondas eleitorais". Isso significa que um candidato pode ganhar popularidade rapidamente, e uma pesquisa feita meses antes não refletiria essas mudanças rápidas. Isso foi notório, por exemplo, com o crescimento de Bolsonaro em 2018.

## Gesto simbólico

O presidente Lula decretou a cultura gospel como manifestação cultural brasileira. O Estado passa a reconhecer a fé também como expressão cultural, identidade e parte da história do país. A medida abre caminho para a valorização e a inclusão da cultura gospel nas políticas públicas, alcançando não apenas a música, mas artistas, agentes culturais e espaços comunitários ligados ao segmento. O gesto é lido nos bastidores como mais um movimento do governo para ampliar o diálogo com o eleitorado evangélico, segmento em crescimento e estratégico no tabuleiro político nacional.

O governador Ronaldo Caiado (UB) entrou em campo para atrair o PL para a base aliada da eleição estadual, sinalizando que o partido pode fazer parte da chapa do ex-governador Daniel Vilela (MDB). Mas na mesma semana que ele anunciou o interesse, Wilder Moraes, presidente do PL e atual senador de Goiás, tem ganho de causa em uma ação no Tribunal Regional Eleitoral (TRE-GO), que denuncia o envolvimento da Secretaria de Comunicação de Goiás em um esquema que, segundo ele, visaria beneficiar Daniel Vilela eleitoralmente e

prejudicar, simultaneamente, adversários políticos, com destaque para o próprio Wilder.

O mesmo PL que está sendo convidado a integrar a chapa de Daniel Vilela está no centro de um processo judicial que aponta abuso de poder político. Os protagonistas dos dois episódios, o deputado Gustavo Gayer, que defende a aliança do PL com a base aliada, e Wilder Moraes, fazem parte do mesmo grupo dentro do PL. A pergunta que fica é: até que ponto as estratégias eleitorais podem ser conciliadas em um contexto de tanta divergência?

Câmara dos Deputados



Uma eventual aliança entre PL e MDB impediria o PSB de compor a mesma aliança, afirmou o presidente da legenda, Elias Vaz, quando anunciou a intenção do PSB de apoiar Daniel Vilela (MDB).

## Idade, religião e escolaridade

O Datafolha também mostra que o posicionamento político varia conforme o perfil do eleitor. A direita é mais forte entre pessoas com 60 anos ou mais (42%) e entre evangélicos (42%). Já entre jovens de 16 a 24 anos, o centro lidera, com 30%. O levantamento ainda revela contradições: 22% dos eleitores que se dizem de direita votaram em Lula em 2022, enquanto 9% dos que se identificam com a esquerda escolheram Bolsonaro, evidenciando um eleitorado menos ideológico do que aparenta.

## Havaianas

A campanha publicitária da Havaianas, que provocou reação e chamado ao boicote por setores da direita, ultrapassou as fronteiras do País e ganhou destaque na imprensa internacional. O The New York Times afirma que a sandália mais popular do Brasil foi lançada ao centro de uma verdadeira "tempestade política". O jornal americano lembra que, apesar da forte polarização que divide o País, o apreço pelas Havaianas sempre foi um raro ponto de consenso nacional. Citando o slogan "todo mundo usa, todo mundo adora", o texto destaca que esse consenso parece ter sido rompido.

## Brasilidade

"Poucos itens do vestuário são tão brasileiros quanto uma marca de chinelos de borracha coloridos", escreveu a jornalista Ana Ionova, ao contextualizar como um símbolo cultural acabou envolvido no embate político que marca o Brasil atual.

## Direita segue majoritária no País

Pesquisa Datafolha divulgada nesta quinta-feira (25) mostra que a direita continua sendo o campo ideológico com maior identificação entre os brasileiros. Segundo o levantamento, 35% da população se declara de direita e outros 11% de centro-direita, somando 46%. Já a esquerda reúne 29% (22% de esquerda e 7% de centro-esquerda), enquanto 17% se dizem de centro. O resultado reforça a fragmentação política às vésperas de 2026.

## Petistas e bolsonaristas

Apesar da predominância da direita no espectro ideológico, a identificação com o petismo aparece numericamente à frente do bolsonarismo. A pesquisa aponta 40% de petistas contra cerca de 36% de bolsonaristas. Outros 18% se declaram neutros. Desde 2022, o Datafolha registra vantagem do campo lulista na maioria dos levantamentos, indicando que a polarização segue equilibrada, mas com leve inclinação ao PT.

## RIVAE AGUIAR

Goiás Fomento projeta R\$ 160 milhões para impulsionar **micro e pequenos negócios em 2026**

Andréia Bahia

Fotos: Rodrigo Cabral

## TRIBUNA DO PLANALTO

Quais os resultados até agora do programa Goiás Fomento Até Você, lançado no início de dezembro?

## RIVAE AGUIAR

Esse programa consiste em uma van totalmente equipada para fazer os atendimentos nos municípios em qualquer localidade do estado. Ela é equipada com ar-condicionado, Starlink, grupo gerador e painéis solares. Independentemente da infraestrutura do local, ela tem condições de realizar o atendimento; e os resultados têm superado as expectativas. Já temos uma série de pedidos de prefeituras para poder realizar as edições do Goiás Fomento Até Você e já fizemos algumas edições no Entorno de Brasília e, nas próximas semanas, devemos estender para as demais localidades do estado.

Em Jataí o público do programa foram produtores rurais e agricultores familiares. As linhas de crédito mudam conforme a região visitada?

Temos linhas de crédito específicas para cada setor da economia e atendemos praticamente todos os setores da economia, porém o nosso foco são as micro e pequenas empresas. Não muda conforme a região, mas conforme a característica do público-alvo. No caso de um evento voltado para o agronegócio, vamos focar nas linhas do Produtor Empreendedor, FCO Rural e demais linhas voltadas para o setor rural. Se é um público ou uma região em que predomina o comércio varejista, vamos oferecer as linhas voltadas para o comércio varejista; para um evento de turismo, temos linhas específicas do setor do turismo. Damos atendimento conforme o público da região ou do evento do qual estamos participando.

O programa conta com parceiros fixos, como Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Associação Comercial e Sebrae?

Sim, temos parceiros fixos como o Sebrae, a OCB (Organização das Cooperativas do Brasil), Garante Goiás, as prefeituras com as quais temos termos de cooperação e demais entidades, e conforme vamos participando dessas edições,



**R**ivael Aguiar

Presidente Goiás Fomento

**P** Com foco na descentralização do crédito e no fortalecimento dos micro e pequenos negócios, a Goiás Fomento encerra 2025 com resultados positivos e projeta um cenário ainda mais robusto para 2026. Sob a presidência de Rivael Aguiar, a agência amplia sua atuação com o programa Goiás Fomento Até Você, levando atendimento direto aos empreendedores em todas as regiões do estado. Para o próximo ano, estão previstos cerca de R\$ 120 milhões em recursos próprios para empréstimos, além de valores adicionais do FCO e de repa-

ses de instituições como BNDES, Finep e Fungetur. O objetivo é facilitar o acesso ao crédito, respeitando as características econômicas de cada setor e incentivando o desenvolvimento sustentável. A entrevista aborda os resultados do programa itinerante, as principais linhas de financiamento, os critérios de elegibilidade, a participação de parceiros estratégicos e a crescente demanda por inovação. Também destaca a atuação da agência em sustentabilidade e sua contribuição para o crescimento econômico de Goiás em 2026.

sempre surgem novos parceiros interessados em oferecer nossas linhas de crédito ou trazer clientes.

Qual é a participação desses parceiros?

O Sebrae, por exemplo, é um parceiro muito importante, porque oferece uma consultoria, orienta esses empresários, faz uma análise da situação. Às vezes o empresário acha que

precisa de um empréstimo para determinada característica e o Sebrae orienta para uma outra situação mais favorável para ele. Depois dessa orientação, o Sebrae traz o cliente já sabendo exatamente o que ele precisa. Essa parceria, essa orientação que os parceiros, como o Sebrae fazem, é muito importante.

O programa que leva a

Goiás Fomento para as regiões foi pensado porque os empresários têm dificuldade de acessar estatal?

São várias situações conjugadas para surgir essa percepção de necessidade de se levar a Goiás Fomento até o cliente. Uma delas é que a Goiás Fomento não tem agências, é sediada em Goiânia. Nós temos os correspondentes de crédito em várias cidades, mas ainda

há algumas cidades sem correspondentes de crédito cadastrados. Esse cliente teria duas formas de chegar até a Goiás Fomento: se deslocar até Goiânia ou entrar no nosso site e realizar toda a operação através do site. Nós temos essa possibilidade também. Mas como o nosso público é de micro e pequenas empresas, diferentemente de uma grande empresa, que tem setores contábil, financeiro e jurídico estruturados que podem ir atrás dessas oportunidades de crédito; o microempresário não, ele é o vendedor, o administrador; ele

O Sebrae, por

exemplo, é um parceiro muito importante, porque oferece uma consultoria, orienta esses empresários, faz uma análise da situação.

faz tudo. Às vezes, mesmo tendo condições de acessar a internet e solicitar essas linhas de crédito, a documentação, ele não tem tempo para isso. Se ele parar para fazer isso, pode ter dificuldade ali no comércio dele. Nós verificamos que esse público de micro e pequenas empresas têm uma dificuldade estrutural para poder se dedicar a uma busca pelas melhores linhas de crédito, as oportunidades que ele pode verificar. Às vezes ele sabe que precisa, mas ele teria que fazer uma pesquisa das melhores opções para ele. Nós vamos exatamente para suprir essa lacuna, já sabendo que o microempresário tem essa necessidade de estar o tempo todo ali, dentro do seu estabelecimento, se não vai ter prejuízo, vai perder vendas. Nós pegamos a nossa van e deslocamos até ele. E lá, oferecemos todo esse apoio, essa orientação. Esse programa surgiu da identificação dessa lacuna com o nosso público-alvo, veio exatamente para suprir isso.

**Quais são as linhas de crédito que a Goiás Fomento opera? E têm recursos próprios também?**

Sim, nós temos recursos próprios. As nossas linhas de crédito - não tem como listar porque são dezenas de linhas de crédito específicas - mas de forma agrupada temos linhas de crédito para investimento, para capital de giro e para maquinários. Elas são divididas nessas três categorias. A pessoa que precisa fazer uma construção, por exemplo, temos linhas de crédito; que é comprar insumos ou capital de giro para comprar insumos e executar alguma melhoria processual, temos linhas de crédito e capital de giro; e para aquisição de bens, imóveis, equipamentos, veículos. São essas três categorias macro. Temos recursos próprios, que são linhas de crédito com recursos próprios da agência e operamos também com o FCO, Finep, que é para inovação, BNDES e Fungetur, que é do turismo. Temos também uma série de linhas de crédito de repassadores, além das nossas. Nós analisamos a situação e a necessidade do cliente e direcionamos para aquela linha de crédito que vai ser mais vantajosa para ele em termos de taxas de juros, prazos e carência.

**Qual o orçamento da Goiás Fomento para 2026?**

Para 2026, temos em torno de R\$120 milhões disponíveis para empréstimo, só do nosso recurso próprio. Com relação ao FCO, temos R\$40 milhões disponíveis e BNDES, Fungetur e Finep estamos aguardando ainda a liberação dos recursos para definir o valor.

**O BNDES aprovou 400 milhões para as empresas afetadas pelo tarifaço aqui em Goiás. A agência está operando esse recurso?**

Esse recurso em relação ao tarifaço não foi implementado; foi liberado. Nós também liberamos as linhas de crédito, mas a excepcionalização que o governo dos Estados Unidos fez diminuiu a pressão em cima dessas linhas de crédito. Nós operamos algumas linhas de crédito voltadas para essas empresas exportadoras, mas entraram nas linhas normais que já tínhamos mesmo. Não houve a necessidade de se criar uma linha de crédito exclusiva para essas empresas exportado-

ras. Elas entraram dentro das linhas que já tínhamos mesmo, porque aí a gente ganhou agilidade nisso, porque as linhas já estavam prontas e disponíveis para elas, o que acabou sendo mais rápido do que um programa novo.

**Quais setores têm maior demanda por crédito em Goiás e como está a demanda em relação ao crédito para inovação e startups?**

A nossa maior demanda aqui - estamos falando da Goiás Fomento e isso não quer dizer que o mercado como um todo seja assim - mas na agência, a maior parte dos nossos clientes é do comércio varejista; é a grande maioria e micro empresas. Temos muita demanda também no setor do turismo, que envolve bares, restaurantes, hotéis, pousadas, muito em função dessa linha de crédito que é muito vantajosa. E com relação à inovação, temos uma demanda que está crescendo bastante também. São operações um pouco mais complexas, porque envolvem uma análise do projeto daquela empresa ou daquele produto que está sendo desenvolvido, portanto envolve a Secretaria de Inovação Tecnológica e a Fapeg. Nós precisamos contar com o apoio deles. É um processo um pouquinho mais complexo, mas tem aumentado bastante também a demanda por projetos de inovação.

**O que a empresa precisa para ser elegível ao crédito da Goiás Fomento? Existem alguns critérios específicos, além de serem micro e pequenas empresas?**

Nós trabalhamos com MEI e médias empresas também, apesar do nosso foco de atuação ser mais nas micro e pequenas. Basicamente, a empresa tem que demonstrar a capacidade dela de pagamento, que o negócio dela tem viabilidade e também não pode ter restrição nos sistemas de proteção de crédito e no Banco Central e na fazenda pública. Tem que estar com as certidões em dia, com o cadastro nos sistemas de crédito e no Banco Central em dia, não pode ter restrições. Os sócios também tem que estar com o nome livre. Basicamente são esses os critérios. O quanto ela vai conseguir pegar de empréstimo vai depender desse fluxo de caixa e do projeto



**Participar da COP-30 foi uma forma muito importante de mostrar para o restante do país e para o mundo o que Goiás tem em termos de fomento ao desenvolvimento sustentável.**

que ela nos apresentar, porque muitas vezes ela quer ampliar o negócio, então vai ter que mostrar que essa ampliação que está querendo fazer tem sustentabilidade financeira, econômica e financeira.

**A empresa precisa apresentar garantia real?**

Sim. Nos empréstimos acima de R\$ 50 mil, tem que apresentar uma garantia real; abaixo de R\$ 50 mil pode ser só avalista ou um dos fundos garantidores que temos disponíveis. Nós trabalhamos com a FGI (Fundo Garantidor para Investimentos), com o Famp (Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas) e com o Fundec (Fundo Garantidor de Crédito). O Fundec é um fundo garantidor do próprio estado de Goiás, administrado pela agência de fomento, que atende aqueles microempresários nas operações de até R\$ 21 mil. Nesse caso, quando não tem avalista, ele pode contar com aval do Fundec.

**Quais os tetos dos empréstimos da Goiás Fomento?**

Sim, nas linhas de micro-crédito, até R\$ 21 mil; nas linhas com recursos próprios da Goiás Fomento até R\$ 400 mil para investimento e até R\$ 300 mil para a capital de giro; e nas linhas de repasse que envolvem Fungetur, FCO, Finep e BNDES até R\$ 5 milhões.

**A Goiás Fomento participou da COP 30, do painel Pequenos Negócios e Grandes Impactos. Como foi essa experiência e quais os casos que vocês apresentaram na COP 30?**

A experiência foi muito positiva porque a Goiás Fomento tem toda uma política de sustentabilidade. Nós perseguimos a implementação das metas ESG e levamos um caso específico de um projeto de uma empresa financiada pela Goiás Fomento que desenvolveu dois produtos. Um primeiro é um grupo gerador de baixa potência utilizando gás natural como fonte de combustível para reduzir a emissão de gases poluentes, e inclusive a patente foi vendida para uma empresa americana logo depois. E essa mesma empresa desenvolveu um sistema totalmente inovador, que foi uma película que é aplicada em painéis fotovoltaicos, que faz com que esses painéis aumentem a produtividade da energia solar. Ele transforma a energia ultravioleta em luz visível e consegue aumentar a concentração, a incidência de luz na placa, aumentando a produtividade dela. E, por outro lado, também aumenta a vida útil, porque, ao filtrar a luz ultravioleta, diminui o desgaste do material. Esse projeto foi muito bem recebido, muito comentado; e foi uma forma muito importante de mostrar para o restante do país e para o mundo o que Goiás tem em termos de fomento ao desenvolvimen-

to sustentável.

**A sustentabilidade é um critério de liberação de recursos?**

Não necessariamente, depende da linha de crédito. Nos critérios de sustentabilidade, temos atividades que são vedadas. Por exemplo, não emprestamos dinheiro para empresas que fazem exploração de matas de floresta primária; para empreendimentos de tabacaria; atividades que sejam potencialmente degradantes. Temos algumas atividades que não são permitidas em função desses critérios de sustentabilidade que a Goiás Fomento adota. Algumas linhas de crédito oferecem descontos na taxa de juros quando a empresa tem um programa de sustentabilidade, porque se colocamos isso como um critério, um pré-requisito, deixamos de atender muitas empresas. Nossa estratégia é trabalhar em incentivos positivos, para motivar essas empresas a implantarem práticas de sustentabilidade em seus negócios.

**No futuro, esse pode vir a ser um elemento de liberação de crédito da agência?**

Pode ser, desde que não seja restritivo. Adotamos medidas de incentivos ao invés de ser pré-requisito porque, se for um pré-requisito, há ainda, principalmente com as micro e pequenas empresas, muitas vezes aquele micro empresário, aquele empresário que não sabe nem o que é isso. Precisa, antes de pensar em criar uma restrição, orientar essas pessoas, esses empresários. É o que a gente faz. Ao invés de falar assim, "você não tem um programa de sustentabilidade, nós não vamos emprestar dinheiro". Porque assim já se mata o empresário na sua origem; nós colocamos como um incentivo. Orientamos o empresário. Ele vem e pega um empréstimo na taxa de juros X. Aí fazemos uma simulação para caso ele implante um programa de sustentabilidade na empresa: "Se for possível fazer isso você vai ter uma redução no seu custo do empréstimo de tanto." E ele começa a se interessar pelo assunto. Nós acreditamos mais em ações motivadoras do que critérios de elegibilidade.

Leia mais no site

www.tribunadoplanalto.com.br

STF

# Código de conduta de magistrados fica para discussão em 2026

Rosinei Coutinho/STF

Presidente da Corte, Edson Fachin quer deixar regulação como legado; conselheiro federal da OAB diz que medida é “desejável e necessária”



**Ministro Edson Fachin no encerramento do ano judiciário: “Encontro marcado” com o código de conduta**

Carla Borges

A proposta de criação de um código de conduta do Supremo Tribunal Federal (STF) para seus ministros e a magistratura inteira, que o presidente da Corte, ministro Edson Fachin, quer deixar como legado, ficou para 2026, depois do recesso do Poder Judiciário. Fachin tem falado pessoalmente com os colegas e insistido na necessidade de regular especialmente a participação de ministros em eventos relacionados com pessoas que têm processos no STF. No encerramento do ano judiciário, no dia 19, o presidente disse que o Supremo tem um “encontro marcado” com o assunto, que, para ele, é prioridade.

Fachin enfatizou que prestar contas à sociedade é uma obrigação. “A transparência não é um atributo acessório, mas um elemento constitutivo do Estado Democrático de Direito”, afirmou, referindo-se à proposta “ainda em gestação” de debater um conjunto de diretrizes éticas para a magistratura. “Considerando o corpo expressivo que vem espontaneamente tomando o tema no debate público, dirijome à eminente Ministra e aos eminentes Ministros, e, também, à sociedade brasileira, para dizer que o diálogo será o compasso desse debate”, disse.

A proposta tem apoio dos presidentes do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Herman Benjamin; do Superior Tribunal Militar (STM), Maria Elizabeth Rocha; do Tribunal

Superior do Trabalho (TST), Vieira de Mello Filho; e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a também ministra do STF Cármen Lúcia. No entanto, dentro da própria Corte é abordada com reservas. O decano do STF, Gilmar Mendes, afirmou não ser contra, desde que a proposta seja construída internamente. Ele classificou como “uma bobagem” os questionamentos da imprensa sobre a participação de ministros em eventos privados.

Para o advogado criminalista e conselheiro federal da OAB-GO Pedro Paulo de Medeiros, a discussão faz sentido e, do ponto de vista institucional, tende a ser saudável se for conduzida como autorregulação, com regras construídas e assumi-

das pelo próprio Tribunal, e se tiver como eixo transparência, prevenção de conflitos e proteção da credibilidade da Corte. “Eu vejo como desejável e, em certa medida, necessária — não porque hoje inexista regulação, mas porque as normas existentes (Constituição, LOMAN, regras processuais de impedimento/suspeição e deveres funcionais) são, em geral, principiológicas e pouco operacionais para dilemas contemporâneos”, defende.

Entre esses dilemas, o advogado cita participação em eventos, patrocínios, custeio de viagens, remuneração por palestras, exposição em redes sociais e relações institucionais em ambiente de alta polarização. “Esse é justa-

mente o enquadramento que aparece no debate público: Fachin tem defendido um texto para balizar participação em eventos e relações com atores que litigam no Supremo; Gilmar Mendes disse não ser contra, mas insistiu que ‘nenhuma proposta transita’ se não for ‘construída aqui’ e minimizou o debate sobre eventos privados (‘bobagem’), além de alertar para o risco de ‘inventar’ novas regras de impedimento”, pontua.

## MODELO ALEMÃO

Pedro Paulo pondera que um código não precisa ser punitivo para ser útil. Na própria linha do que tem sido noticiado, a proposta em gestação não preveria sanções formais, mas teria o objetivo de orientar padrões de decoro e conduta. “Isso se aproxima do modelo alemão citado como inspiração: o Código de Conduta do Tribunal Constitucional Federal da Alemanha é um conjunto de diretrizes que enfatiza reputação, independência, transparência e restrições pós-mandato” esclarece o conselheiro. “Em outras palavras: um código bem desenhado funciona como guia de integridade e instrumento de governança reputacional, reduzindo áreas cinzentas que, hoje, são preenchidas caso a caso, sob pressão externa e com interpretações divergentes”.

## Código previne conflitos de interesse e dá mais transparência, avalia Pedro Paulo

O advogado criminalista e conselheiro federal da OAB-GO Pedro Paulo de Medeiros acredita que a vantagem principal da possível criação de um código de conduta seria transformar deveres gerais em regras de operação e em padrões verificáveis. “Isso teria pelo menos cinco ganhos práticos, ao transformar deveres gerais em regras de operações e em padrões verificáveis”, aponta.

O primeiro ganho apontado por ele é trazer clareza e previsibilidade. Pedro Paulo reco-

nhece que a Constituição e a Lei Orgânica da Magistratura (Loman) indicam deveres e vedações, mas um código pode estabelecer “como agir” em situações recorrentes, reduzindo a margem de controvérsia sobre o que é aceitável.

Outra vantagem seria a adoção da transparência como padrão. “No modelo alemão, por exemplo, há previsão de que magistrados divulguem renda decorrente de participações em eventos/publicações; e admite-



**Pedro Paulo de Medeiros: “Ganhos ao transformar deveres gerais em regras de operações e em padrões verificáveis”**

se que o organizador arque com despesas apropriadas de viagem/hospedagem/refeição”, explica. Em sua opinião, essa transparência, quando institucionalizada, diminui suspeitas e facilita escrutínio público com

base em fatos, não em ilações.

O terceiro ganho é a prevenção de conflitos de interesse reais e o tratamento daquilo que afeta a confiança pública (a “aparência”), estabelecendo cautelas objetivas para convites,

agendas, encontros e participação em eventos.

O conselheiro cita ainda a proteção do próprio ministro e da Corte. “Regras claras funcionam como ‘corrimão’: o magistrado consegue justificar recusas e escolhas, evitando personalização do debate.

Por fim, Pedro Paulo indica a atualização institucional sem depender de lei, preservando a autonomia do Tribunal. “Ao regular internamente, o STF reduz o incentivo a soluções exógenas (legislativas ou políticas) para temas de ética judicial”, defende, acrescentando que esse raciocínio, de que um código serve para detalhar princípios já existentes e reforçar confiança social, é o mesmo que aparece na justificativa do Código de Ética da Magistratura Nacional (CNJ, 2008).

Divulgação

LEGISLATIVO

# Alego encerra 2025 com aprovação do Orçamento de 2026 e mudanças na RMTC

Sessões extraordinárias aprovam orçamento de R\$ 53,4 bilhões para o próximo ano e consolidam mudanças no comando do transporte coletivo da Região Metropolitana de Goiânia

Arthur Oliveira\*

Em três sessões extraordinárias realizadas na manhã e na tarde desta segunda-feira, 22, os deputados estaduais reunidos em Plenário encerraram oficialmente o ano legislativo. O esforço concentrado marcou o fechamento da pauta antes do recesso e teve como principal destaque a aprovação definitiva da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026, considerada o principal instrumento de planejamento financeiro do Estado.

Encaminhada pela Governadoria e em tramitação na Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) sob o processo nº 24418/25, a LOA 2026 recebeu a chancela final dos parlamentares, assim como todas as demais proposições do Executivo apreciadas na sessão. Com isso, o projeto segue agora para sanção ou eventual veto do governador Ronaldo Caiado.

O orçamento estima uma receita total de R\$ 53,4

bilhões para 2026, com despesas fixadas no mesmo valor. Do montante global, R\$ 35,8 bilhões correspondem ao orçamento fiscal, R\$ 16,3 bilhões ao orçamento da seguridade social e R\$ 1,24 milhão ao orçamento de investimentos. A proposta está organizada em quatro capítulos que tratam, respectivamente, das disposições preliminares; das regras gerais dos orçamentos fiscal e da seguridade social; do financiamento do orçamento de investimentos das empresas estatais; e das disposições finais, além de anexos que detalham a execução orçamentária.

No campo das receitas, a estimativa aponta crescimento de 13,8% em relação ao previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025. A Receita Corrente Líquida (RCL), parâmetro utilizado para o cálculo dos limites de despesas com pessoal, emendas impositivas e reserva de contingência, está projetada em R\$



Denise Xavier

**Em sessão híbrida, deputados aprovaram a LOA 2026, encerrando o ano legislativo com mudanças aceleradas na gestão do transporte coletivo**

47,3 bilhões. Esse desempenho é sustentado, principalmente, pela arrecadação do ICMS, estimada em R\$ 19 bilhões, pelo IPVA, com previsão de R\$ 1,4 bilhão, e pelo Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), que deve alcançar R\$ 3,4 bilhões. As transferências da União somam R\$ 11 bilhões, enquanto os fundos estaduais também têm peso relevante, com R\$ 1,09 bilhão do Protege e R\$ 1,05 bilhão do Fundeinfra.

Além do orçamento, outro destaque foi o projeto de lei complementar em trâmite com o nº 32186/25 e destinado a alterar a Lei Comple-

mentar nº 169, de 29 de dezembro de 2021, a qual reformula e disciplina a Rede Metropolitana de Transporte Coletivo (RMTC) da Grande Goiânia, além de reestruturar a Câmara Deliberativa de Transportes Coletivos (CDTC) e a Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos (CMTC). A proposta de autoria do Poder Executivo, redefine o comando e o poder de decisão sobre o transporte coletivo, ampliando a influência direta do Governo do Estado.

Pelo texto, o Estado passa a ter maioria na Câmara Deliberativa de Transporte Coletivo (CDTC), com seis

representantes, enquanto atualmente conta com quatro conselheiros. Outra mudança relevante é a forma de escolha do diretor-presidente do sistema, que deixa de ser uma indicação compartilhada e passa a ser uma atribuição exclusiva do governo estadual, retirando da Prefeitura de Goiânia essa prerrogativa.

O projeto também altera o vínculo administrativo da Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos (CMTC), que deixa de integrar a estrutura da Prefeitura de Goiânia e passa a fazer parte da administração pública estadual. Na prática, a proposta centraliza no Estado o controle do transporte coletivo metropolitano, reduzindo o protagonismo do município de Goiânia na condução do sistema.

Em nota divulgada na segunda-feira (22), o prefeito Sandro Mabel questionou a velocidade com que o projeto avançou na Assembleia Legislativa de Goiás e disse que os gestores municipais diretamente afetados não participaram das discussões prévias. Mabel ressaltou que somente a Prefeitura de Goiânia destina aproximadamente R\$ 500 milhões anuais para manter o transporte público em funcionamento.

## Emendas parlamentares somam R\$ 400 milhões em 2025

A destinação de emendas parlamentares pelos deputados estaduais de Goiás alcançou R\$ 400 milhões ao longo de 2025, desse valor 350 milhões já foram pagas, tornando as emendas como uma das principais ferramentas de intervenção do Legislativo na execução do orçamento estadual. Os dados, atualizados em 8 de dezembro pelo Portal da Transparência, por meio da Secretaria de Relações Institucionais (Serint), revelam tanto a concentração de recursos em determinados municípios quanto o protagonismo de parlamentares específicos na indicação dos valores.

Goiânia lidera o ranking dos municípios que mais receberam recursos, com aproximadamente R\$ 31 milhões em emendas. Na sequência aparecem Santo Antônio, que recebeu cerca de R\$ 12 milhões, e Aparecida de Goiânia, com R\$ 10 milhões. A



**Dados atualizados em 8 de dezembro pelo Portal da Transparência, com informações da Secretaria de Relações Institucionais (Serint)**

distribuição destaca o peso político e populacional da capital, mas também mostra a capacidade de municípios de médio porte em captar recursos por meio da articulação com o Parlamento estadual.

No recorte individual, os deputados que mais destinaram emendas em 2025 foram Coronel Adailton (Solidariedade), com R\$ 11,7 milhões, Júlio Pina

(PRTB), que indicou R\$ 11,6 milhões, e Wilde Cambão (PSD), com R\$ 11,3 milhões. Os números refletem não apenas o limite disponível para cada parlamentar, mas também estratégias políticas distintas, que variam entre o atendimento de demandas locais, como o caso do deputado Wilde Cambão que se auto-declara como o campeão de emendas para o entorno do

Distrito Federal, e o fortalecimento de bases eleitorais em articulação para o ano eleitoral de 2026.

A análise setorial dos recursos mostra que a maior fatia das emendas foi destinada à saúde, que concentrou R\$ 205 milhões do total empenhado. A educação aparece logo em seguida, com R\$ 110 milhões. Já a área de administração recebeu cerca de R\$ 82

milhões, voltados sobretudo para custeio, modernização de estruturas e apoio à gestão pública municipal e estadual.

Nos últimos anos, a ampliação das emendas impositivas, aquelas de execução obrigatória pelo Poder Executivo, tem alterado a dinâmica entre os poderes em Goiás, aproximando o modelo estadual do que já ocorre no Congresso Nacional. Para os defensores do mecanismo, as emendas garantem que demandas regionais cheguem ao orçamento e atendem realidades que, muitas vezes, não aparecem no planejamento centralizado do governo. Já críticos apontam riscos de uso político dos recursos e defendem maior alinhamento das indicações parlamentares a programas estruturantes.

**\*Arthur Oliveira é estagiário sob supervisão de Andréia Bahia**

## ELEIÇÕES 2026

# Filha de Iris descarta qualquer aproximação de Marconi: “seria trair o legado do meu pai”

Ana Paula Rezende confirma pré-candidatura ao Senado ao lado do vice-governador Daniel Vilela e quer construí-la com participação popular e da militância emedebista

## Da Redação

A sucessão estadual em Goiás ganhou um novo capítulo com o posicionamento público da advogada Ana Paula Rezende (MDB), que rejeitou de forma categórica qualquer possibilidade de diálogo ou composição política com o ex-governador Marconi Perillo (PSDB). A filha de Iris Rezende classificou uma eventual aproximação como “uma traição ao legado” do pai, encerrando especulações sobre uma aproximação fomentada pelo tucano nas últimas semanas.

No mesmo movimento, Ana Paula Rezende confirmou o inte-



Ana Paula Rezende, no evento em homenagem ao pai, Iris, quando anunciou sua pré-candidatura ao Senado Federal

resse em disputar uma vaga no Senado Federal pelo MDB, em composição com o vice-governador e pré-candidato ao governo Daniel Vilela (MDB). A articulação começou em conversa reservada no início do mês e é vista como um reforço à base governista, sobretudo em Goiânia, onde Ana Paula tem ampliado sua atuação política, com atenção especial à região Noroeste, tradicional reduto eleitoral construído por Iris Rezende ao longo de décadas.

No último sábado (20), em

evento em homenagem ao aniversário de 92 anos de Iris, no residencial Jardins do Cerrado, Ana Paula confirmou a pré-candidatura com um discurso emocionado de defesa do legado do pai e levar adiante uma política voltada ao diálogo e com preocupação social como prioridade.

A recusa explícita ao ex-governador tucano tem caráter que extrapola o calendário eleitoral. Ao fechar qualquer canal de diálogo com Marconi, Ana Paula se coloca como referência na preservação do chamado

“irismo”, reafirmando uma divisão política histórica em Goiás e sinalizando que não haverá flexibilização de princípios nem alianças incompatíveis com essa trajetória.

Para Marconi, o gesto aprofunda um quadro de isolamento político em que o ex-governador se colocou. Com elevada rejeição e dificuldades de articulação, o tucano vê se fechar uma porta relevante. Já Ana Paula delimita seu caminho político: a disputa ao Senado ao lado de Daniel Vilela, miran-

do o futuro e mantendo distância de personagens associados a um passado que, segundo ela, não a representa.

## HISTÓRICO DE DISPUTAS

A tentativa frustrada do ex-governador Marconi Perillo de se aproximar do chamado ‘irismo’ já era vista com espanto pelos principais atores políticos em Goiás. Marconi e Iris foram adversários durante mais de duas décadas, desde a vitória do tucano sobre o emedebista na histórica eleição de 1998, que tirou o MDB do poder após 16 anos.

Marconi e Iris voltariam a se opor nas eleições de 2010 e 2014, com novas vitórias eleitorais do tucano. Iris manteve-se relevante na política em Goiás e construiu sucessivas eleições em Goiânia, sendo eleito prefeito em 2024, 2008 e 2016, sempre derrotando candidatos apoiados por Marconi.

Em diversas ocasiões, Iris acusou Marconi de tentar destruir sua imagem de homem público. O emedebista gostava de apresentar documento emitido pelo Ministério Público de Goiás onde teve seu patrimônio investigado durante seis anos — sem que nada fosse encontrado. A ação teria começado por iniciativa de Marconi após um debate eleitoral.

## PESQUISA

## Daniel Vilela dispara e chega a 44,2% em nova pesquisa ao governo

O vice-governador Daniel Vilela (MDB) lidera com folga a disputa pelo governo com 44,2% das intenções de voto. Os números são da Directa Pesquisas, em levantamento realizado entre os dias 15 e 19 de dezembro e divulgado primeiro pelo Diário da Manhã nesta terça-feira (23). Daniel assumirá o comando do Estado em abril e, dessa forma, concorrerá à reeleição.

Em segundo lugar, o ex-governador Marconi Perillo (PSDB) soma 21,8% das menções estimuladas. O tucano está 22,4 pontos atrás do emedebista no cenário estimulado. Em terceiro, o senador Wilder Morais (PL) tem 10,9% das intenções de voto. A deputada federal Adriana Accorsi (PT) é lembrada por 7,6% e o vereador Edward Madureira (PT), por 0,5%. Nulos são 6,4% e 8,6% não souberam responder ou não opinaram.

Pelos números da Directa



Daniel Vilela - 44,2% das intenções de voto segundo pesquisa do instituto Directa Pesquisas

Pesquisas, Daniel Vilela tem 44,2% contra 40,9% da soma de todos os adversários, em cenário que, se for chegar às urnas em outubro, encerra a disputa já no primeiro turno. Há também a possibilidade do PL se unir à base governista e apoiar a reeleição de Daniel Vilela, com a desistência de Wilder Morais, o que poderia ampliar a frente do emedebista.

## ESPONTÂNEA E REJEIÇÃO

No levantamento espontâneo, quando os nomes dos pré-candidatos não são apresentados, Daniel Vilela registra 21,2% das intenções de voto. O ex-governador tem 14,3%. A vantagem do emedebista sobre o tucano é de 6,9 pontos percentuais.

O governador Ronaldo Caiado, que não pode concorrer a um terceiro mandato, ainda assim é citado por 8,2% dos entrevistados. O senador

Wilder Morais tem 7,1% das menções. Adriana Accorsi tem 2,1%, o ex-prefeito de Aparecida de Goiânia Gustavo Mendanha (PSD), é citado por 1,1%. Outros nomes não atingem 1%. Espontaneamente 2,9% pretendem anular o voto.

Marconi lidera a rejeição entre todos os pré-candidatos. 22,9% afirmam não votar no ex-governador em nenhuma hipótese. Accorsi é preterida por 13,6%. Daniel Vilela tem rejeição de 5,2% — quatro vezes menor na comparação com o tucano. Wilder Morais é rejeitado por 2,3%. 38,7% dos eleitores não rejeitam nenhum nome. Outros 4,4% rejeitam todos e 9,7% não responderam.

A Directa Pesquisas entrevistou 1.205 eleitores entre os dias 15 e 19 de dezembro em 51 municípios. A margem de erro do levantamento é de 2,8 pontos percentuais para mais ou para menos.

## ORÇAMENTO

# Deputados federais de Goiás executam mais de 90% das emendas em 2025

Alex Malheiros

Bancada goiana empenhou R\$ 766,1 milhões e já teve R\$ 693,6 milhões pagos no Orçamento da União; saúde concentrou a maior parte dos recursos

## Lucas de Godoi

Os deputados federais de Goiás alcançaram, em 2025, uma taxa de execução de aproximadamente 90,5% das emendas parlamentares previstas no Orçamento da União. Do total de R\$ 766,13 milhões empenhados, R\$ 693,61 milhões já foram pagos, segundo levantamento realizado no Portal da Transparência do Governo Federal, com dados atualizados até 22 de dezembro de 2025.

A execução financeira reflete as emendas previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025, aprovada pelo Congresso em 2024. O volume empenhado reúne indicações de 16 dos 17 deputados federais goianos. No recorte disponível, não aparece registro de empenho atribuído ao deputado Gustavo Gayer. Os três maiores valores do painel correspondem a senadores, enquanto os demais mon-



**Magda Moffatto destinou R\$ 1,5 milhão a Barretos, única emenda fora do território goiano**

tantes se concentram entre os deputados federais.

Entre os parlamentares da Câmara, os valores empenhados variam majoritariamente entre R\$ 31,8 milhões e R\$ 37,5 milhões, faixa compatível com a cota média das emendas individuais impositivas em 2025, estimada entre R\$ 36 milhões e R\$ 38 milhões por deputado. A proximidade entre os valores indica execução próxima ao teto individual para a maior parte da bancada.

A distribuição das emendas por função orçamentária revela forte concentração na saúde, que absorveu R\$ 424,2 milhões do total empenhado. O segundo principal destino foi o grupo de encargos especiais, com R\$ 268,1 milhões, categoria que reúne transferên-

cias e ajustes financeiros. As demais funções aparecem com participação residual, como assistência social, desporto e lazer e educação.

No recorte territorial, os recursos se concentraram nos maiores centros urbanos quando analisado o volume absoluto. Goiânia lidera com R\$ 43,6 milhões empenhados e R\$ 33,3 milhões pagos, seguida por Anápolis, com R\$ 25,3 milhões, e Aparecida de Goiânia, com R\$ 16,6 milhões. Apesar do volume, os valores não são enviados, necessariamente, às prefeituras. Em muitos casos, são destinados a entidades sem fins lucrativos.

## PRINCIPAIS MUNICÍPIOS

Entre os dez municípios que mais receberam recursos, cidades de médio e pequeno

porte passam a ocupar posições de destaque quando o critério populacional é considerado. Uruaçu, com pouco mais de 42 mil habitantes, recebeu R\$ 19,2 milhões, o que resulta em valor superior a R\$ 450 por morador.

Itapaci e Posse também apresentam índices elevados, acima de R\$ 400 e R\$ 240 per capita, respectivamente. Municípios do Entorno do Distrito Federal, como Valparaíso de Goiás, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto e Planaltina, concentram volumes relevantes, com valores por habitante acima da média estadual observada no painel.

Embora os grandes municípios concentrem os maiores montantes nominais, a destinação das emendas resulta em maior impacto

proporcional em cidades de menor porte, sobretudo no interior e no Entorno do Distrito Federal.

## BARRETOS

Entre as emendas apresentadas em 2025, consta a destinação de recursos fora de Goiás pela deputada federal Magda Mofatto (PRD). A parlamentar indicou R\$ 1,5 milhão em emendas individuais para o município de Barretos (SP) e para o Governo do Estado de São Paulo, conforme registros do Portal da Transparência.

Os valores estão associados a ações relacionadas à realização de eventos, incluindo a tradicional festa do município, de acordo com a descrição do local de gasto vinculada às emendas empenhadas no exercício.

## Emendas Pix da bancada goiana somam R\$ 261,7 milhões em 2025

As chamadas emendas Pix apresentadas por parlamentares de Goiás somaram R\$ 261,7 milhões empenhados em 2025, com R\$ 260,11 milhões pagos, segundo levantamento realizado no Portal da Transparência do Governo Federal, com dados atualizados até 22 de dezembro de 2025. Ao todo, foram 22 emendas Pix, distribuídas por meio de 426 empenhos, que beneficiaram 194 municípios do estado.

A Tribuna do Planalto mostrou, no final de outubro, que os 17 deputados federais de Goiás e os 3 senadores destina-

ram cerca de R\$ 530 milhões em emendas Pix a prefeituras e ao Estado de Goiás na atual legislatura, entre janeiro de 2023 e outubro de 2025.

As emendas Pix correspondem às transferências especiais realizadas diretamente a estados e municípios, sem necessidade de convênio ou instrumento formal de execução, o que permite maior agilidade na liberação dos recursos. Em 2025, a diferença entre o valor empenhado e o valor efetivamente pago pela bancada goiana foi residual, indicando execução financeira

praticamente integral ainda dentro do exercício.

No recorte por parlamentar, o maior volume de recursos empenhados por meio de emendas Pix foi registrado pelo senador Wilder Moraes (PL), com R\$ 31,9 milhões. Em seguida aparecem a deputada federal Magda Mofatto (PRD), com R\$ 18,3 milhões, e os deputados Professor Alcides (sem partido) e José Nelto (Podemos), ambos com R\$ 17,8 milhões.

Também figuram entre os principais executores desse tipo de emenda Marussa Boldrin (MDB), o senador Vanderlan

Cardoso (PSD) e a coordenadora da bancada, deputada Flávia Moraes (PDT), com valores em torno de R\$ 16,3 milhões a R\$ 17,3 milhões.

Na sequência, aparecem Silvyne Alves (UB), Adriano do Baldy (PP) e Lêda Borges (PSDB), com valores entre R\$ 15,6 milhões e R\$ 15,9 milhões. Outros parlamentares, como Zacharias Calil (UB), Daniel Agrobom (PL), Glaustin da Fokus (Podemos) e Jeferson Rodrigues (Republicanos), também utilizaram o instrumento ao longo do exercício, com empenhos variando de R\$ 12,1

milhões a R\$ 15,2 milhões.

## 10 MAIORES

O detalhamento das emendas Pix mostra predominância dos repasses direcionados a municípios do interior, com destaque para cidades como Morro Agudo de Goiás, Corumbáiba, Aporé, Cidade Ocidental, Montes Claros de Goiás, Aparecida de Goiânia, Córrego do Ouro, Goiás, Jaupaci, Moiporá e Niquelândia.

Em 2025, todas as transferências desse tipo feitas pela bancada goiana tiveram como destino municípios de Goiás, sem registro de repasses a outros estados.

## ANÁPOLIS

# Câmara aprova subsídio ao transporte coletivo e mudanças no Código Tributário

Guto Neves

Projetos tratam de apoio financeiro à concessionária do transporte urbano e de alterações em impostos e taxas municipais

**Carlos Nathan Sampaio**

A Câmara Municipal de Anápolis aprovou, em sessão extraordinária híbrida realizada na manhã desta terça-feira (23), um conjunto de projetos enviados pelo Poder Executivo que envolvem apoio financeiro ao transporte coletivo urbano e alterações no Código Tributário e de Rendas do Município. As matérias foram analisadas e votadas no mesmo dia, em meio a debates sobre impacto fiscal, sustentabilidade dos serviços públicos e responsabilidade orçamentária.

No campo do transporte coletivo, os vereadores aprovaram por unanimidade o Projeto de Lei Ordinária nº 435/2025, que autoriza o Executivo a conceder um subsídio de R\$ 616.956,75 à empresa Urban, concessionária responsável pelo sistema no município. O recurso é



**Reunião das Comissões Conjuntas durante sessão extraordinária**

destinado à reposição financeira necessária para garantir o pagamento da data-base de junho de 2024 aos trabalhadores do transporte coletivo. Na justificativa encaminhada à Câmara, o Executivo afirma que a medida busca preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Durante a votação, parlamentares reconheceram que o sistema de transporte enfrenta dificuldades operacionais e financeiras. O líder do governo, vereador Jean Carlos (PL), afirmou que o município não dispõe de recursos abundantes, mas destacou o esforço da administração em apoiar o sistema e cobrou a participação

do governo estadual no financiamento do transporte fora da região metropolitana de Goiânia. O vereador Rimet Jules (PT), que também votou favoravelmente, ressaltou que cidades onde o transporte coletivo funciona de forma regular contam com algum tipo de subsídio público e defendeu que o tema seja tratado de forma permanente no planejamento municipal.

Também foi aprovado por unanimidade o Projeto de Lei Complementar nº 438/2025, que concede isenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) à concessionária do transporte coletivo durante o exercício financeiro de 2026, com aplicação da alíquota mínima de

2%. Segundo o Executivo, a renúncia fiscal está compatível com as metas fiscais do município e atende às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Além das matérias relacionadas ao transporte, a Câmara aprovou projeto do prefeito Márcio Corrêa que promove alterações no Código Tributário e de Rendas do Município, em vigor desde 2006. O texto recebeu votos contrários dos vereadores Rimet Jules (PT) e Domingos Paula (PDT). De acordo com a justificativa, as mudanças têm como objetivo modernizar e adequar a legislação municipal às normas federais, à reforma tributária e à jurisprudência recente.

Entre as alterações aprovadas estão novas regras de isenção do IPTU para áreas não edificadas com características ambientais ou de risco, mudanças nas multas aplicadas por infrações relacionadas ao ISSQN, ajustes na Contribuição de Iluminação Pública (CIP) e a redefinição da Taxa de Serviços Urbanos (TSU), que passa a ser cobrada mensalmente, preferencialmente junto à fatura de água ou esgoto. O projeto também inclui isenções da TSU para contribuintes em condições específicas de saúde, renda e idade.

Com a aprovação das matérias, os projetos seguem para sanção do Executivo municipal.

## APROVAÇÃO

## Pesquisa aponta Márcio Corrêa como prefeito mais bem avaliado

Levantamento realizado pelo Instituto Goiás Pesquisas indicou que o prefeito de Anápolis, Márcio Corrêa, apresenta o maior índice de aprovação popular entre os gestores das principais cidades de Goiás. De acordo com os dados, 81,64% dos entrevistados aprovam a administração municipal. O percentual coloca Anápolis à frente de municípios como Goiânia, Aparecida de Goiânia, Trindade e Senador Canedo.

A pesquisa aponta ainda que 16,56% dos entrevista-

dos desaprovam a gestão do prefeito, enquanto 1,80% afirmaram não saber ou preferiram não opinar. O resultado chama atenção por ocorrer em um contexto de maior cobrança da população por melhorias em serviços públicos, infraestrutura urbana e equilíbrio fiscal, especialmente em municípios de maior porte, onde a complexidade administrativa tende a impactar a avaliação dos gestores.

Analistas ouvidos pelo instituto avaliam que o índice reflete uma combi-

nação de fatores, como maior visibilidade administrativa, capacidade de execução de obras e articulação política com o governo estadual. Em cidades grandes, avaliações acima de 80% são consideradas pouco comuns, diante do desgaste natural provocado pela rotina da gestão pública.

Após a divulgação dos dados, o prefeito publicou um posicionamento em suas redes sociais. Na mensagem, Corrêa afirmou que o resultado representa a con-

fiança da população e destacou que o índice é fruto do diálogo com os moradores e da parceria construída ao longo da gestão. O prefeito agradeceu o apoio recebido e afirmou que o trabalho continuará com foco nas pessoas e no desenvolvimento do município.

Apesar do resultado positivo da pesquisa, a publicação gerou manifestações críticas nas redes sociais. Entre os comentários, usuários cobraram o pagamento de salários atrasados de servidores da área

da saúde. Alguns relataram atrasos de até três meses para médicos e outros profissionais, questionando a situação financeira do setor e a condução da política de saúde no município.

A reportagem procurou a Prefeitura de Anápolis para comentar as críticas relacionadas aos atrasos salariais. Até a publicação deste texto, nem a assessoria de comunicação do município nem o prefeito se manifestaram sobre o tema. O espaço permanece aberto para posicionamento oficial.



## Herivelto Nunes

herivelto.nunes.57@outlook.com

### Goiás libera “joias” da base sem nenhuma compensação

Larson, craque revelado pelas categorias de base do Goiás e que foi emprestado de graça ao Palmeiras, foi negociado em definitivo com a agremiação paulista, que pagou ao clube esmeraldino a quantia irrisória de R\$ 4 milhões, referente a 50% dos direitos econômicos do atleta. A diretoria esmeraldina espera apurar um valor maior em caso de uma futura transação envolvendo Larson com outro clube do Brasil ou do exterior. Um negócio de risco.

Nos bons tempos de Hailé Pinheiro, Raimundo Queiroz e outros dirigentes históricos do Goiás, os grandes jogadores revelados pelo clube eram negociados no mercado nacional e internacional por muitos milhões de dólares, como aconteceu com Luvonor, Túlio Maravilha, Cacau, Wellington, Zé Teodoro, Carlos Alberto Santos e outros. Com a venda desses craques, o clube esmeraldino construiu seu invejável patrimônio e formou equipes inesquecíveis para o torcedor alviverde.



Larson, "joia" do Goiás negociado em definitivo com o Palmeiras

### Barriga de Aluguel

O Goiás não realiza mais transações comerciais como antigamente. Mesmo porque também não revela mais grandes jogadores como aqueles citados no início desta matéria. Mesmo assim, quando surge um jogador tecnicamente diferenciado nas categorias de base, o Goiás negocia com os grandes clubes, mas não recebe nada pelo empréstimo. Pelo menos no primeiro momento. É o modelo de negócio chamado “Barriga de Aluguel”.

Neste modelo, as chamadas “joias” reveladas nas categorias de base são cedidas de graça a um grande clube e, se ele se destacar, o Goiás recebe uma determinada quantia por 50% dos

direitos do atleta. Em uma futura negociação, se acontecer, o clube goiano receberá o equivalente a 50% do valor da transação. E se o jogador machucar com gravidade nesse intervalo? E se ele não for bem no clube que o contratou? O prejuízo fica com a agremiação “Barriga de Aluguel”, no caso, o Goiás.

Nessa condição, o esmeraldino cedeu o meia Larson ao Palmeiras, que foi negociado por R\$ 4 milhões, uma quantia irrisória quando se trata de transações comerciais no futebol. Se um dia ele for vendido, o Goiás receberá o equivalente a 50% do que for apurado na negociação. O atacante Raikkonen também foi

emprestado de graça para o Internacional de Porto Alegre, no mesmo modelo “Barriga de Aluguel”. Raikkonen está se destacando no Inter e deve ser adquirido em definitivo pelo clube de Porto Alegre.

Larson e Raikkonen poderiam estar servindo ao time principal do Goiás, que encontra dificuldades para encontrar no mercado craques de alto nível, nas posições de meio de campo e ataque. Se destacando no Goiás, poderiam ser negociados por valores compatíveis com o mercado das grandes revelações. Em 2025, o Goiás não teve em seu elenco um camisa 10 como Larson e nem um atacante do nível de Raikkonen.



Raikkonen, atacante da base do Goiás, fazendo sucesso no Inter



Yuri Alves, Palmeiras queria de graça, Adson não aceitou

Recentemente, o Atlético Goianiense por pouco não seguiu o mau exemplo do Goiás, entregando de graça o atacante Yuri Alves para o Palmeiras. Criticado pela imprensa e por torcedores, Adson Batista parece ter pensado melhor, não aceitou a proposta do alviverde paulista e passou a entabular negociações com o Botafogo-RJ, que deverá pagar algum valor, ainda não divulgado, pelo empréstimo do atleta.

### Goiás reduz folha salarial

O primeiro a deixar o Goiás foi o lateral esquerdo Moraes, que foi emprestado para o Operário de Ponta Grossa. O volante Messias está sendo negociado em definitivo com o Botafogo de Ribeirão Preto. O zagueiro Messias foi liberado e já se apresentou ao Juventude de Caxias do Sul. Lucas Lovat deixou o Goiás e foi contratado pelo Sport Recife. Restam ainda o meia atacante Esli Garcia e o zagueiro Titi, que tem contrato com o clube da Serrinha mas não estão nos planos do técnico Daniel Paulista.

Com a saída desses jogadores, o Goiás reduzirá consideravelmente a folha de pagamento, abrindo espaço para a contratação de jogadores pontuais para reforçar o elenco em 2026. O diretor de futebol

Michel Alves já anunciou como reforços os laterais Rodrigo Alves e Nicolas, o zagueiro Luisão e o meia Lourenço. O atacante Bruno Sávio, que já jogou pelo Guarani, também está contratado. O atleta, de 31 anos, estava atuando pelo Bolívar, onde marcou 20 gols em 52 jogos disputados.

O Goiás ainda negocia com o Operário a contratação de Boschilia, tendo inclusive dobrado a proposta salarial para ter o jogador, oferecendo um salário de R\$ 160 mil. O Operário pediu R\$ 2,5 milhões para liberar o craque, o Goiás ofereceu R\$ 1,5 milhão dividido em dez parcelas. A negociação está avançando e o clube esmeraldino espera assinar contrato com o jogador ainda este ano.

✓ O volante Christopher, que chegou a abrir negociações com o Goiás, não vem mais. O jogador, que pertence ao Boavista, defendeu nesta temporada pelo CRB de Alagoas, que não quis liberar o atleta para o clube esmeraldino.

✓ O Vila Nova anunciou a renovação de contrato com o zagueiro Pedro Romano. O Tigrão exerceu o direito de compra do jogador, que permanece no clube até 2027.

✓ A pedido de Abel Braga, o Internacional fez sondagens sobre a situação do volante Enzo Costa, atualmente defendendo o Vila Nova. Apesar do interesse, até o momento o Inter não enviou nenhuma proposta para contratar o jogador.

✓ Enzo Costa é filho de Fernandão, já falecido, que se destacou no Goiás e no próprio Internacional de Porto Alegre. O curioso é que Enzo Costa iniciou sua carreira nas categorias de base do Inter e foi liberado para a Aparecidense.

✓ O artilheiro Lelê, que marcou seis gols com a camisa do Atlético Goianiense em 2025, se despediu do torcedor atleticano através das redes sociais. O jogador, que pertence ao Fluminense, agradeceu a oportunidade de defender o Dragão na atual temporada.

✓ O próximo destino de Lelê pode ser o Goiás Esporte Clube. O clube esmeraldino abriu

negociações com o tricolor carioca, para ter o atleta em seu elenco em 2026. Se for contratado, Lelê vai disputar posição com Anselmo Ramon, que permanece no Goiás.

✓ O Atlético Goianiense acertou a contratação do volante Geovane, de 36 anos, que estava no Coritiba. O jogador, que já defendeu as cores do Goiás e do Vila Nova, fica no Dragão até o final de 2026.

✓ O Atlético contratou também o atacante Léo Jacó, de 20 anos, artilheiro da equipe Sub-20 do Vasco da Gama, com 22 gols em 50 jogos disputados. Léo Jacó deve assinar um contrato com quatro anos de duração com o Dragão de Campinas.

# ESCOLA

## UNIVERSIDADES NA UTI

# Corte bilionário no Orçamento 2026 ameaça ciência, soberania e o futuro do país

Edward Madureira classifica redução como “absurda”

### Dhayane Marques

O Orçamento de 2026 já nasce sob críticas pesadas da comunidade acadêmica. Aprovado pelo Congresso Nacional, o texto traz um corte de quase R\$ 500 milhões nos recursos destinados às universidades federais, uma redução de 7,05% no orçamento discricionário das 69 instituições do país.

Para o professor Edward Madureira Brasil (PT), vereador em Goiânia e ex-reitor da Universidade Federal de Goiás (UFG), o corte é mais do que preocupante, é inaceitável. “Esse corte é um absurdo. Afeta diretamente as universi-

dades federais, os institutos federais, a Capes, o CNPq. É um ataque à educação, à ciência, à soberania nacional e ao futuro do país”, afirma.

Edward chama atenção para um ponto sensível e incômodo: a escolha política por trás do orçamento. Enquanto áreas estratégicas sofreram cortes profundos, as emendas impositivas foram preservadas.

“As universidades estão pagando um preço altíssimo, enquanto emendas parlamentares, muitas delas questionadas judicialmente, seguem intocadas. Isso sequestra o orçamento do Executivo e compromete o planejamento do país”, critica.

Segundo ele, o impacto se espalha como efeito dominó: menos bolsas, menos pesquisa, menos funcionamento básico das universidades e mais dificuldade para estudantes per-

manecerem no ensino superior. “Programas de assistência estudantil, aulas da graduação, pesquisa científica... tudo fica comprometido. É o futuro sendo empurrado para o banco de reservas”, dispara.

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) também reagiu com dureza. Em nota oficial, a entidade manifestou “profunda preocupação” com os cortes promovidos durante a tramitação da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026 e cobrou recomposição imediata dos recursos.

De acordo com a Andifes, o orçamento originalmente previsto no PLOA 2026 era de R\$ 6,89 bilhões, mas caiu para cerca de R\$ 6,43 bilhões após os cortes aprovados. A entidade destaca que a redução atingiu todas as ações essenciais ao

funcionamento das universidades, de forma desigual entre as instituições.

Um dos pontos mais críticos é a assistência estudantil. Só nessa área, o corte chega a R\$ 100 milhões, o que compromete diretamente a implementação da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituída pela Lei nº 14.914/2024. O risco, segundo a entidade, é frear avanços recentes na democratização do acesso e da permanência no ensino superior público.

A Andifes alerta ainda que, caso não haja recomposição, o orçamento de 2026 será nominalmente inferior ao executado em 2025, mesmo sem considerar inflação e reajustes obrigatórios de contratos, especialmente os ligados à mão de obra. O cenário se agrava com cortes semelhantes nos orçamentos da Capes e do CNPq, pilares da

pós-graduação e da pesquisa científica no país.

### FUTURO EM JOGO

No diagnóstico da Andifes, o Brasil caminha para um cenário de comprometimento do ensino, da pesquisa e da extensão, ameaça à sustentabilidade administrativa das universidades e risco direto à permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Em outras palavras: menos ciência hoje, menos soberania amanhã.

Edward Madureira resume o sentimento de quem vive a universidade por dentro. “Espero que isso seja revisto. O país não pode tratar a educação superior como gasto supérfluo. É investimento estratégico. Sem uma universidade forte, não há desenvolvimento, não há inovação e não há futuro”, reforça o vereador.

goias.gov.br/goiasnumero1

**Goiás** no seu melhor estado.

O governo que mudou a história de Goiás entregou resultados que transformaram a vida das pessoas. Hoje, o Estado vive seu melhor momento: mais forte, mais seguro e pronto para o futuro.

Ainda há muito o que fazer, mas a mudança que deu certo vai continuar.

1º lugar no Ideb

Mais de R\$ 28 bilhões investidos na saúde desde 2019

Estado líder na geração de emprego

Estado mais seguro do Brasil

Maior programa de combate à pobreza do Brasil

Maior programa de infraestrutura rodoviária da história do estado

**GOIÁS**  
O ESTADO QUE DÁ CERTO